



Vigilantes do Amazonas rejeitam proposta patronal e podem ir para a greve



Vigilantes prometem greve caso patrões não apresentem proposta decente

Aproximadamente 300 trabalhadores se reuniram nas duas assembleias desta quinta-feira (5) realizadas pelo Sindicato dos Vigilantes do Amazonas (Sindevam) para avaliar a contraproposta patronal. Os presentes nas duas reuniões (7h30 e 19h30) rejeitaram as afrontas dos patrões, que tem até o dia 26 de janeiro para apresentar propostas decentes. Caso isso não aconteça, os vigilantes vão partir para a greve.

A resposta à reivindicação dos vigilantes de reajuste salarial contendo o INPC mais ganho real de 5% e tíquete alimentação de R\$ 22 foi negativa. Além de não terem demonstrado interesse em reajustar os salários, os patrões ainda querem negar o pedido de plano de saúde obrigatório para todos os vigilantes do Amazonas. Segundo o presidente do Sindevam, Valderli Bernardo,

hoje apenas os trabalhadores de Manaus e das 11 cidades da região Metropolitana recebem o benefício.

“Existe hoje a possibilidade de o vigilante de Manaus e região Metropolitana ter o plano de saúde ou receber R\$ 75. Acontece que muitas empresas estão dando o calote nos trabalhadores, que ficam sem o plano de saúde e sem o dinheiro. Para acabar com isso, aprovamos em assembleia que a pauta de reivindicações contaria com uma cláusula tornando o benefício obrigatório em todas as 61 cidades”, explicou Valderli.

E o desrespeito dos patrões não para por aí. Não bastasse tudo isso, ainda querem reduzir de R\$ 150 para R\$ 80 o valor pago para os vigilantes em grandes eventos, acabar com o vale transporte que hoje é também para os vigilantes do interior e mudar o horário de serviço quando o empregado estiver fazendo reciclagem – contrariando uma cláusula que garante benefícios por causa do curso. Também querem criar o vigilante horista, com contrato parcial, excluir a cláusula que garante discutir PLR e restringir o uso de celular no posto de serviço.

“Eles acenam com não-reajuste e ainda querem tirar o que temos assegurado na convenção coletiva, se valendo do fim da ultratividade das convenções, presente dado pelo ministro Gilmar Mendes. Não vamos aceitar isso e já estamos mobilizados. Se não avançar até dia 26, partimos para a greve”, alertou Valderli.

Fonte: CNTV

Vigilantes realizam manifestação em frente à prefeitura de Porto Velho

Cerca de 300 vigilantes foram demitidos após anulação de licitação. Manifestantes buscavam conversar com prefeito sobre contrato vencido.



Manifestantes solicitaram falar com o prefeito Hildon Chaves (Foto: Hosana Morais/G1)

Cerca de 100 vigilantes realizaram uma manifestação em frente à prefeitura de nesta quarta-feira (4). De acordo com os manifestantes, o objetivo do grupo era conversar com o atual prefeito, Hildon Chaves (PSDB), sobre a demissão de quase 300 trabalhadores que atuavam na Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) e demais órgãos da área, após o anulação de licitação de segurança em unidades de saúde da capital.

A demissão dos trabalhadores ocorreu na terça-feira (3), quando o contrato foi encerrado e a empresa precisou demitir os funcionários.

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) anulou a licitação que a empresa havia ganhado. Segundo eles, há uma fraude nos números. Por isso a empresa Columbia precisou demitir tantos vigilantes.

A vigilante Rosana Rosa foi uma das 300 pessoas demitidas pela empresa por conta da anulação da licitação. “A empresa nos avisou

que tinha ganhado em dezembro, quando uma semana atrás o dono nos informou que o contrato havia sido anulado e, por isso, seríamos demitidos. Eu tenho quatro filhos para criar. Sou mãe solteira e não tenho de onde tirar dinheiro com essa demissão”, disse Rosa.

Conforme o dono da empresa, que prefere não se identificar, antes da anulação a empresa de vigilância estava em dia com a documentação. “Ganhamos a licitação só ia homologar quando o TCE anulou a Procuradoria Geral do Município recorreu e saiu na terça (3). Saiu a liminar que indeferia a licitação. Logo eu precisei demitir meus funcionários. O pior de tudo isso e que todos os órgãos municipais de saúde estão sem segurança, pois como venceu o contrato não há vigilantes”, disse.

O G1 tentou em contato com a assessoria de comunicação da prefeitura, mas até a publicação da reportagem não obteve retorno sobre a situação da licitação ou se o prefeito vai se reunir com os vigilantes.

A reportagem também procurou o TCE-RO, mas a assessoria de comunicação do órgão encontrou-se de recesso e só retorna na próxima segunda-feira (9).

Fonte: G1

2017 - 100 anos da greve geral no Brasil



Reprodução
Greve de 1917 paralisou São Paulo

Imagens de uma das ruas de São Paulo tomada de trabalhadores com bandeiras na greve geral de 1917

A Greve Geral de 1917 ficou conhecida em todo o País pela paralisação da indústria e do comércio que aconteceu, em julho daquele ano. O movimento surgiu como resultado de diversas organizações operárias. Esta mobilização foi uma das mais abrangentes e longas da história do Brasil, durou mais de um mês.

O movimento operário mostrou como suas organizações (Sindicatos e Federações) podiam lutar e defender os direitos da classe trabalhadora com forte impacto na economia e na sociedade. A industrialização fez surgir no Brasil um novo perfil social: O operário fabril. O movimento teve início ainda no final do século XIX.

Em decorrência da Primeira Grande Guerra Mundial, o país passou a exportar grande parte dos alimentos produzidos. A partir de 1915 as exportações afetaram o abastecimento interno de alimentos, causando elevação dos preços dos poucos produtos disponíveis no mercado. Embora o salário subisse, o custo de vida aumentava de forma desproporcional, deixando os trabalhadores em péssimas condições para sustentar suas famílias e fazendo com que

mulheres e crianças precisassem trabalhar para complementar a renda doméstica. A jornada de trabalho era cruel, de 12 a 14 horas por dia, de segunda a sábado.

A maioria dos trabalhadores era composta por imigrantes italianos e espanhóis com um histórico de “organização política” em seus países de origem, o que fortaleceu muito a conscientização e a força do movimento grevista. Os trabalhadores exigiam aumento de salário.

O comércio fechou, os transportes pararam e o governo não conseguiu dominar o movimento pela força.

As reivindicações eram:

- Liberdade às pessoas detidas por conta da greve;
- Respeito ao direito das associações e sindicatos dos trabalhadores;
- Que nenhum operário fosse demitido por participar do movimento grevista;
- Fim da exploração do trabalho de menores de 14 anos;
- Proibição do trabalho noturno para menores

de 18 anos;

- Proibição do trabalho noturno para mulheres;
- Aumento de 35% nos salários inferiores a \$5000 (cinco mil réis) e de 25% para os mais elevados;
- Data certa para o pagamento dos salários, a cada 15 dias, o mais tardar, cinco dias após o vencimento;
- Garantia de trabalho permanente;
- Jornada de oito horas e semana de trabalho de cinco dias;
- Pagamento de 50% em todo o trabalho extraordinário (horas extras).

Imprensa Alternativa: apoio ao movimento!

Considerado o quarto poder, a imprensa sempre teve papel de destaque nos acontecimentos de cunho social e político no País. Apesar da ética de imparcialidade, os meios de comunicação, em sua maioria, estão aliados ao poder, de direita ou de esquerda, tomando partido, ainda que neguem suas posições políticas.

No caso da greve geral de 1917 não foi diferente. Os principais periódicos da época assumiram a posição governista contra os trabalhadores. A burguesia detentora dos meios de comunicação e aliada aos políticos trabalharam em defesa dos supostos “interesses do estado”.

Mas felizmente na contramão das notícias oficiais e oficiosas, aparece a “imprensa alternativa” dando vez e voz aos agentes transformadores sociais que lutaram contra a exploração do capital humano e social, em defesa dos direitos dos trabalhadores e da instauração da democracia.

Entre os jornais podemos destacar: “A Plebe” (língua portuguesa) e o “Guerra Sociale” (língua italiana), direcionado aos imigrantes italianos que ainda não dominavam o idioma. Estas duas publicações foram de fundamental importância para o sucesso do movimento operário no Brasil, ainda que a repressão do governo tenha sido uma das mais violentas da história.

Além de divulgar os reais fatos da época, esses jornais tinham fundamental importância na

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

conscientização da militância e no fortalecimento das diversas propostas apresentadas dentro de um contexto internacional que influenciava o movimento operário e revolucionário no País: A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, além da união de diversas tendências políticas e dos grupos anarquistas, a chamada “Aliança Anarquista”.

A Plebe

Jornal anarquista e anticlerical lançado na cidade de São Paulo em 1917. Sob o comando de Edgard Leuenroth, o jornal foi lançado no contexto da Primeira Guerra Mundial e da desestabilização dos salários e da vida dos trabalhadores. O periódico sofreu várias intervenções e fechamento, devido aos seus polêmicos artigos e contexto proletariado de esquerda. O jornal foi extinto definitivamente em 1951, sendo mais uma vez reprimido pelo Estado.

Guerra Social

O jornal teve uma breve experiência de um pouco mais de dois anos (1917 – 1920) e dificuldade de se manter pela constante repressão e empecilhos para conseguir contribuições financeiras. No entanto, alguns de seus redatores deixaram também suas contribuições e experiências organizativas em outros órgãos.

Conclusão das paralisações

Os patrões deram um aumento imediato de salário, de 15 a 30% e prometeram estudar as demais exigências, sendo algumas conquistadas com o passar dos anos, com o fortalecimento dos trabalhadores e dos movimentos sindicais, outras no entanto, só foram aplicadas com a promulgação da CLT em 1943 pelo então presidente Getúlio Vargas. Mas a grande vitória da “greve geral de 1917” foi o reconhecimento do movimento operário como instância legítima, obrigando os patrões a negociar com os trabalhadores.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF